

1 **ATA 06 DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE**
3 **SAÚDE**

4
5 Aos vinte e cinco dias do mês março de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em
6 reunião virtual, realizou-se a sexta Sessão Ordinária do Conselho de Administração do
7 Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE
8 Saúde, sob a presidência do Sr. João Ricardo dos Santos Costa, presidente do Conselho
9 de Administração do IPE Saúde, e secretariada por mim, Thuane Liesenfeld da Silva,
10 secretária do respectivo Conselho. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi declarada
11 aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros representantes do
12 Governo do Estado, titulares Marcus Vinícius Vieira de Almeida, Thiago Dapper Gomes,
13 Mauro Luciano Hauschild, Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), João Ricardo
14 dos Santos Costa (TJRS) e Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS); e
15 representantes dos segurados titulares Katia Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite
16 Lucas (União Gaúcha), Marcia Elisa Pereira Trindade e Antônio de Pádua Vargas Alves
17 (Fessergs), e Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andrezza (Cpers). Além disto, a
18 reunião contou com a presença dos técnicos do IPE Saúde, Mônica Alves, Berenice
19 Nogueira e Sâmara Aguiar, além do diretor-administrativo Financeiro do IPE Saúde,
20 Vladimir Dal Bem, da diretora de Planejamento e Orçamento, Mary Liliane Cavalheiro
21 Mendes, da gerente-financeira do instituto, Roberta Vianna Escouto Dias, do gerente
22 de Contabilidade do instituto, Gustavo Friedrich, e da suplente do Conselho de
23 Administração, Maria Cleni da Silva. **2) Aprovação da ata da reunião ordinária do dia**
24 **26/02/2021.** O presidente do Conselho de Administração, João Ricardo dos Santos
25 Costa, manifestou-se sobre a ata da reunião ordinária do dia 11 de março de 2021
26 informando a ressalva de que, na linha 83, onde referia-se que ficaram sanadas as
27 dúvidas das entidades sobre o parecer da PGE que não via irregularidade na

28 permanência do diretor-presidente do IPE Saúde, Marcus Vinicius de Almeida,
29 permanecer na função de conselheiro deste colegiado, esta não era a informação
30 fidedigna. Desta forma, João sugeriu que fosse retirada da ata esta informação, pois
31 não foi discutido o tema nestes termos, apenas foi dado o conhecimento da resposta
32 aos membros do Conselho. Neste caso, o restante dos conselheiros aprovou a ata, sem
33 nenhuma outra ressalva, considerando esta alteração na linha 83. **3) Atual situação do**
34 **credenciamento do Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.**
35 O presidente do Conselho, João Ricardo, relembrou o colegiado sobre a solicitação ao
36 diretor-presidente do IPE Saúde da minuta de acordo entre IPE Saúde e Complexo
37 Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, realizada na última reunião
38 ordinária do dia 11 de março. Respondendo esta questão, o diretor-presidente do
39 instituto e conselheiro, Marcus Vinicius, iniciou os esclarecimentos primeiramente
40 atualizando sobre as negociações que estão sendo elaboradas para com o Hospital e,
41 posteriormente, informando que não foi encaminhado ainda a minuta ao Conselho,
42 visto que no ofício onde consta este pedido, montado pela conselheira Katia Terraciano,
43 também constam outros pedidos de levantamentos de mais dados e cópias de
44 documentos de todos os hospitais credenciados ao IPE Saúde na cidade de Porto Alegre
45 e ,desta forma, não tem como realizar este estudo com rapidez. Salientou ainda, que o
46 que tinha sido aprovado em reunião ordinária deste Conselho seria o encaminhamento
47 de apenas a minuta de acordo com a Santa Casa, sem ao menos ter citado a
48 necessidade de encaminhar também outros documentos sobre outros hospitais da
49 capital. Visto isso, o diretor-presidente do IPE Saúde afirmou que, de sua parte, não há
50 problema algum em disponibilizar estes dados, porém solicitou ao Conselho que fosse
51 deliberada este tipo de solicitação com antecipação e tempo hábil para este
52 levantamento pelos técnicos do IPE Saúde. Em contrapartida, o conselheiro Ives
53 Agamenon relembrou que todos os documentos solicitados em ofício encaminhado já
54 tinham sido solicitados em reunião presencial, quando alguns conselheiros

55 representantes das entidades se reuniram para conversar sobre o tema com Marcus
56 Vinicius. Quando questionado pelo conselho sobre o encaminhamento de apenas a
57 minuta de acordo, e o restante da documentação apenas posteriormente, o diretor-
58 presidente do IPE Saúde e conselheiro salientou que o seu desejo é responder com
59 totalidade o PROA encaminhado, e não apenas uma das solicitações. Por fim o
60 presidente propôs que os documentos solicitados neste ofício sejam encaminhados até
61 a próxima reunião de Conselho de Administração, para que seja discutido novamente
62 este tema. Dando continuidade à discussão, os conselheiros manifestaram-se
63 favoráveis a proposta do presidente do Conselho e salientaram, novamente a
64 necessidade de encaminhamento, pelo menos, da minuta de acordo entre IPE Saúde e
65 Santa Casa. Continuando o raciocínio e concordando com a fala do presidente do
66 Conselho, o conselheiro Antônio de Pádua manifestou-se afirmando que não existe
67 impedimento de encaminhar o que tinha sido deliberado na última reunião ordinária
68 do Conselho e deixar o restante da documentação solicitada para posteriormente,
69 porém reafirmou que nesta reunião deveria ter sido apresentado o que foi deliberado
70 anteriormente pelo colegiado. Visto isso, a conselheira Katia Terraciano manifestou-se
71 informando que não há na história do Conselho de Administração a necessidade de
72 deliberar com antecedência as solicitações de qualquer membro deste colegiado, não
73 vendo esta necessidade. Katia lembrou, ainda, que o Conselho de Administração
74 necessita ter acesso às informações para que possa cumprir com suas atribuições
75 previstas em Lei e cobrou transparência, que conforme manifestação do conselheiro
76 Ives Agamenon, essas informações já haviam sido solicitadas ao presidente Marcus
77 Vinicius anteriormente. Neste caso, o presidente do Conselho acrescentou que, se não
78 houve tempo hábil para levantamento dos dados, que o IPE Saúde formalize por escrito
79 ao Conselho a fim de ser deliberada a questão. Assim, o presidente ponderou que o IPE
80 Saúde dê prioridade no encaminhamento dos dados da Santa Casa até a próxima
81 reunião de Conselho e apontou que qualquer resposta também deveria ser formal. **4)**

82 **Reconhecimento sobre a extensão da Rede Credenciada do IPE Saúde.** A técnica do
83 IPE Saúde, Berenice Nogueira, iniciou a fala sobre o tema informando os dados
84 levantados pelos técnicos sobre a rede credenciada do IPE Saúde, onde constam
85 informações sobre os serviços prestados pelo plano, suas distribuições por região e a
86 quantidade de usuários para cada serviço oferecido. Além disto, Berenice acrescentou
87 que no estudo encaminhado pelos técnicos do IPE Saúde, há informações sobre o
88 impacto que os novos usuários do plano PAMERP terão sobre a rede credenciada do
89 instituto. Desta forma, iniciou as apresentações mostrando a composição da rede
90 credenciada, distribuição desta rede por região funcional, proporção de usuários por
91 prestadores em cada região, resumo e análises do atendimento hospitalar total e por
92 região, além de informações adicionais. Após as apresentações, o diretor-presidente do
93 IPE Saúde e conselheiro, Marcus Vinicius, informou que este levantamento está
94 atualizado até janeiro de 2021, e após este período houve mais credenciamentos
95 realizados pelo IPE Saúde, portanto existem ainda mais prestadores do que os
96 informados no estudo apresentado. Além disto, Marcus Vinicius informou que os dados
97 atualizados serão acrescidos no Relatório de Gestão do instituto e posteriormente
98 disponibilizados no site institucional do IPE Saúde. **5) Discussão sobre a Análise**
99 **Financeira e Operacional do IPE Saúde do ano de 2020.** O gerente de Contabilidade do
100 IPE Saúde, Gustavo Friderich, iniciou as apresentações do balanço patrimonial do IPE
101 Saúde explanando a receita financeira do instituto e demonstrando quanto o IPE Saúde
102 arrecadou no ano de 2019 e a origem dos recursos recepcionados pelo instituto.
103 Também apresentou o levantamento das receitas versus as despesas desde o ano de
104 2018 até o ano de 2020 e a composição de cada despesa e onde elas são aplicadas.
105 Foram descritas e apresentadas as despesas com a administração do instituto, com os
106 encargos e com a assistência médica, onde houve um aumento considerável no valor
107 pago aos prestadores de 2018 para 2020. Após, a diretora de Planejamento e
108 Orçamento do instituto, Mary Liliane Cavalheiro, assumiu as apresentações,

109 demonstrando aos conselheiros os prazos para pagamentos das despesas aos
110 prestadores onde afirma uma redução destes prazos no ano de 2020. Por fim, foi
111 apresentado o balanço patrimonial do instituto, onde o gerente Gustavo Friderich
112 destacou os principais passivos e as ações de cobranças realizadas pelo IPE Saúde para
113 arrecadar cerca de 34 milhões em dívidas atrasadas, além de demonstrar os aportes
114 recebidos pelo instituto de dívidas em atrasos dos governos anteriores e que
115 complementaram as finanças do IPE Saúde, sendo possível reduzir a dívida e o prazo
116 para pagamentos aos prestadores. Após a finalização das apresentações, o presidente
117 do Conselho de Administração, João Ricardo, sugeriu que os técnicos do IPE Saúde
118 acrescentassem na própria prestação de contas os números de aportes extraordinários
119 recebidos pelo Governo do Estado e onde o IPE Saúde está aplicando estes valores.
120 Posteriormente, o conselheiro Álvaro Panizza solicitou esclarecimentos se a
121 contribuição patronal que o executivo deve ao IPE Saúde já consta no levantamento
122 apresentado, sendo esclarecido pelo gerente Gustavo Friderich que não há esta
123 informação no levantamento, pois o estudo é feito considerando o valor em caixa do
124 instituto. Álvaro Panizza solicitou ainda que os técnicos do instituto fizessem uma
125 análise dos aspectos quantitativos e qualitativos, pois verificou que em 2020 o IPE
126 Saúde obteve um aumento nos gastos sendo que a internação hospitalar, por exemplo,
127 obteve uma diminuição. Solicitou também o esclarecimento sobre onde estão
128 distribuídos e aplicados os 4.4% de impostos retidos e, visto que o IPE Saúde recebeu
129 em 2020 aproximadamente 800 milhões a mais do que o ano de 2019, questionou a
130 descrição da aplicação total destes recursos. Dando prosseguimento aos
131 questionamentos, a conselheira Maria Cristina questionou em relação as despesas
132 administrativas do instituto, especificamente sobre os imóveis em nome do IPE Saúde,
133 e quem está pagando o IPTU destes imóveis. Desta forma, Maria Cristina solicitou que
134 estes dados fossem explicitados na prestação de contas do instituto. Dando
135 continuidade, o conselheiro Marcus Vinicius apenas esclareceu a todos que os aportes

136 recebidos pelo IPE Saúde durante o ano de 2020 até o momento foram resultados de
137 uma ação de cobrança que o IPE Saúde fez com as entidades e poderes sobre as dívidas
138 atrasadas destes para com o instituto. Respondendo aos questionamentos realizados, o
139 gerente Gustavo Friderich esclareceu que, em relação aos imóveis, estes permanecem
140 registrados na contabilidade do IPE Saúde embora tenham sido passados ao Governo
141 do Estado, e que o IPE Saúde tem um grupo de trabalho que está analisando o valor
142 atualizado destes imóveis para que sejam totalmente repassados ao Governo. Dentro
143 deste tema, o conselheiro Thiago Dapper esclareceu ao restante dos conselheiros que,
144 apesar de os imóveis constarem na contabilidade do IPE Saúde, as despesas com estes
145 locais estão sendo assumidas pelo Governo do Estado. A partir disto, o conselheiro Ives
146 Agamenon solicitou ao IPE Saúde o levantamento da quantidade de imóveis que ainda
147 constam no Fundo de Assistência à Saúde – FAS e que estão gerando custos para o
148 instituto, porém Thiago reiterou que estes imóveis não estão gerando mais despesas ao
149 IPE Saúde, apenas o ônus de estarem registrados no nome do instituto. Além disto,
150 Thiago Dapper se colocou à disposição para realizar este levantamento e repassar os
151 dados aos conselheiros. Referente ao questionamento do conselheiro Álvaro Panizza,
152 sobre os impostos, ficou definido que será repetida a questão na próxima reunião de
153 Conselho onde os técnicos e gerentes do IPE Saúde poderão trazer os materiais com
154 maiores informações sobre os temas levantados. **6) Apresentação, discussão e**
155 **deliberação sobre o Clube de Benefícios do IPE Saúde.** Houve uma breve explanação
156 do projeto pelo diretor-presidente do IPE Saúde, Marcus Vinicius, que trata sobre o
157 desconto de farmácias sobre produtos, medicamentos e vacinas para segurados do IPE
158 Saúde. Marcus esclareceu que esta parceria não gera nenhum tipo de custo para o IPE
159 Saúde, sendo apenas um benefício oferecido aos usuários. O diretor-presidente do IPE
160 Saúde salientou, ainda, que qualquer empresa que oferece serviços a saúde pode
161 vincular-se ao Clube de Benefícios do IPE Saúde, portanto que passe por uma análise no
162 instituto a fim de regulamentação. O projeto contará com algumas fases, onde a

163 primeira será de chamamento público, a segunda fase de análise e credenciamento
164 destas farmácias e serviços que atendam os requisitos mínimos propostos pelo Clube
165 de Benefícios, e a terceira fase onde o IPE Saúde disponibilizará os dados numéricos de
166 segurados para levantamento de dados aos parceiros. Após a apresentação, o
167 conselheiro Antônio de Pádua questionou se a construção do Clube de Benefícios levou
168 em conta as normativas da CAGE e o diretor-presidente Marcus Vinicius esclareceu que
169 toda a construção do projeto está aderente aos termos que a CAGE orienta.
170 Posteriormente, o conselheiro Ives Agamenon questionou sobre quais informações
171 constam nos dados que serão fornecidos aos parceiros, citados na terceira fase do
172 projeto. Marcus Vinicius esclareceu que os únicos dados que serão disponibilizados é o
173 levantamento de segurados do IPE Saúde por região, para que as farmácias e outros
174 prestadores de serviços tenha base número a fim de analisar a proporção de descontos
175 que serão oferecidos pela rede, dependendo da região. Além disto, a técnica Sâmara,
176 que auxiliou o conselheiro Marcus Vinicius nas apresentações, explicou que somente
177 será passado algum dado específico de usuário em caso de suspeita de fraude. A
178 conselheira Vera Maria Lêsses manifestou-se positivamente ao Clube de Benefícios,
179 informando que os benefícios são sempre positivos para qualquer categoria, porém
180 preocupa-se com a ênfase do projeto na comercialização de vacinas, fazendo com que
181 os segurados acreditem que há incentivo do comércio da vacina do covid-19, já que a
182 mesma deve ser ofertada pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Já a conselheira Katia
183 Terraciano questionou como o IPE Saúde irá fiscalizar se os descontos realmente estão
184 sendo aplicados pelos parceiros. Desta forma, foi esclarecido que uma tabela de
185 descontos será disponibilizada no site institucional do IPE Saúde e o próprio segurado
186 do plano será encarregado de fiscalizar o serviço do Clube de Benefícios. Por fim,
187 considerando todas as colocações, o presidente do Conselho, João Ricardo, colocou o
188 Clube de Benefícios para votação dos conselheiros, sendo este aprovado em
189 unanimidade. **7) Apresentação sobre os impactos no Sistema IPE Saúde da**

190 **composição dos usuários do Poder Judiciário.** Esta pauta ficou definida para a próxima
191 reunião. **8) Apresentação sobre a Implantação Integrada dos Processos no IPE Saúde.**
192 Esta pauta ficou definida para a próxima reunião. **9) Assuntos de Ordem Geral.** Não
193 houve assuntos a serem deliberados. **10) Definição de pauta para a próxima sessão.**
194 Para a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração que ocorrerá no dia 15
195 de abril de 2021, ficaram pautados os seguintes temas: Relato sobre a atual situação do
196 credenciamento do Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e
197 possíveis deliberações com o levantamento de dados sobre o caso e definição de
198 reunião entre IPE Saúde e diretoria do Hospital; Esclarecimentos e deliberação sobre a
199 Análise Financeira e Operacional do IPE Saúde; Apresentação sobre os impactos no
200 Sistema IPE Saúde da composição dos usuários do Poder Judiciário; e apresentação
201 sobre a Implantação Integrada dos Processos no IPE Saúde. **11) Encerramento.** Nada
202 mais havendo a tratar, e dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, foi
203 lavrada a presente ata que vai elaborada, revisada e assinada por mim, Thuane
204 Liesenfeld da Silva, secretária do Conselho de Administração, e pelo presidente do
205 Conselho de Administração, João Ricardo dos Santos Costa, sendo declarada aprovada a
206 ata desta sessão, que se encontra à disposição dos Senhores Conselheiros, por meio
207 eletrônico, ressaltando-lhes o direito de retificá-la, por escrito, se assim o desejarem.

208

209

Reunião Virtual, 25 de março de 2021.

210

211

João Ricardo dos Santos Costa

212

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

213

214

Thuane Liesenfeld da Silva

215

Secretária do Conselho de Administração do IPE Saúde